

A arte da mentira política

Por Ana Paula Arendt*

Neste mês trago ao leitor da coluna Terra à Vista, neste excelente portal OCI, uma tradução de um texto com mais de trezentos anos, mas não menos essencial para nossa cultura contemporânea; de curta extensão, mas não de menor efeito sobre o espírito que muitas obras longas e enfadonhas. Refiro-me a um texto publicado em 1712, cujo tema é a pseudologia, atribuído ao autor inglês Jonathan Swift. O leitor não deve com isso supor que esta autora esteja se esquivando do dever de produzir algo novo, nem mesmo pensar que a ideia surgiu face ao empobrecimento do debate público brasileiro em termos descartáveis, como “fake news” ou “pós-verdade”. Ocorre que me veio a necessidade de traduzir a excelente obra atribuída a Jonathan Swift, para uma leitura mais atenta, ao ouvir um discurso de um Deputado Federal, hoje sob ataques da Igreja e da maçonaria, no qual aliás eu bem poderia ter votado nas eleições passadas, se não tivesse me visto impedida. Foi de todo modo inevitável perceber em ambos os lados do recente e acalorado debate sobre sua consciência religiosa, tanto dos que prepararam o libelo, quanto do lado que o defendia, uma quantidade pouco modesta de informações que bem me fizeram lembrar do quanto é importante refletir sobre esse tema.

A tradutora, portanto, pede desculpas por publicar obra que seja porventura perfeitamente apropriada ao tempo presente em outro tempo e em outro lugar; mas ressalva que a aparente similaridade entre o contexto brasileiro atual e o momento histórico no qual esta obra atemporal foi escrita poderá ter um efeito revigorante no leitor, ao ponderar os bons resultados de nossa democracia até o momento. Caso venham os leitores a encontrar na tradução uma malícia injustificável face ao seu ofício cumulativo de poeta (embora alguns argumentem não seria essa tradução incompatível de todo com o ofício diplomático), ressalta que este Tratado, ao qual muito ligeiramente alguns lhe atribuem uma natureza satírica, parece ser um exemplar de grande acurácia e portador de inegáveis verdades sobre o tema que se propõe analisar; razão pela qual optou por traduzir, divulgar e disponibilizar gratuitamente, com a finalidade última de oferecer um serviço de utilidade pública aos seus compatriotas.

Recorda, para além dos bons e desejáveis efeitos que a tradução e reflexão sobre esta obra ensejam sobre a consciência e sobre o corpo, o seguinte: apesar de não encontrar a princípio na Bíblia punição a quem minta ao diabo, ou a quem ao diabo muito sabiamente engane, a fim de que viesse a alertar o leitor sobre a incompatibilidade da mentira com uma sociedade fraterna, ressalta a gravidade de elogiar a mentira, ou de mentir sobre a verdade, ou de que se venha a dar testemunho depreciativo (blasfemar) sobre a verdade contida no Espírito Santo. Por fim, sem pretender de modo algum dominar algo que venha do Alto, e considerando ainda o antídoto do parágrafo 827 do Catecismo da Santa Igreja Católica, transcreve das escrituras sagradas os ensinamentos sobre o “pecado eterno”. Deixo a critério do leitor observá-los ou não com vistas a preservar a integridade de sua alma, bem como evitar o caos e excessos disso decorrentes.

«Em verdade vos digo: “Todos os pecados serão perdoados aos filhos dos homens, mesmo as suas blasfêmias; mas todo o que tiver blasfemado contra o Espírito Santo jamais terá perdão, mas será culpado de um pecado eterno”. Jesus falava assim porque tinham dito: “Ele tem um espírito imundo”.» (Marcos 3:28-30)

«“Por isso, eu vos digo: todo pecado e toda blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não lhes será perdoada. Todo o que tiver falado contra o Filho do Homem será perdoado. Se, porém, falar contra o Espírito Santo, não alcançará perdão nem neste século nem no século vindouro...» (Mateus 12:31-32)

«Digo-vos: todo o que me reconhecer diante dos homens também o Filho do Homem o reconhecerá diante dos anjos de Deus; 9.mas quem me negar diante dos homens será negado diante dos anjos de Deus. 10.Todo aquele que tiver falado contra o Filho do Homem obterá perdão, mas aquele que tiver blasfemado contra o Espírito Santo não alcançará perdão» (Lucas 12:8-10)

«Não abandonemos a nossa assembleia, como é costume de alguns, mas admoestemo-nos mutuamente, e tanto mais quando vedes aproximar-se o Grande Dia. Depois de termos recebido e conhecido a verdade, se a abandonarmos voluntariamente, já não haverá sacrifício para expiar este pecado. Só teremos que esperar um juízo tremendo e o fogo ardente que há de devorar os rebeldes. Se alguém transgredir a Lei de Moisés – e isto provado com duas ou três testemunhas –, deverá ser morto sem misericórdia. Quanto pior castigo julgais que merece quem calcar aos pés o Filho de Deus, profanar o sangue da aliança, em que foi santificado, e ultrajar o Espírito Santo, autor da graça!».» (Hebreus 10:26)

«"Porque aqueles que foram uma vez iluminados saborearam o dom celestial, participaram dos dons do Espírito Santo, experimentaram a doçura da Palavra de Deus e as maravilhas do mundo vindouro e, apesar disso, caíram na apostasia, é impossível que se renovem outra vez para a penitência, visto que, da sua parte, crucificaram de novo o Filho de Deus e publicamente o escarneceram. » (Hebreus 6:4-6)

« **827.** Enquanto que Cristo, santo e inocente, sem mancha, não conheceu o pecado, mas veio somente expiar os pecados do povo, a Igreja, que no seu próprio seio encerra pecadores, é simultaneamente santa e chamada a purificar-se, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e renovação. Todos os membros da Igreja, inclusive os seus ministros, devem reconhecer-se pecadores. Em todos eles, o joio do pecado encontra-se ainda misturado com a boa semente do Evangelho até ao fim dos tempos. A Igreja reúne, pois, em si, pecadores abrangidos pela salvação de Cristo, mas ainda a caminho da santificação: §A Igreja é santa, não obstante compreender no seu seio pecadores, porque ela não possui em si outra vida senão a da graça: é vivendo da sua vida que os seus membros se santificam; e é subtraindo-se à sua vida que eles caem em pecado e nas desordens que impedem a irradiação da sua santidade. É por isso que ela sofre e faz penitência por estas faltas, tendo o poder de curar delas os seus filhos, pelo Sangue de Cristo e pelo dom do Espírito Santo» (Catecismo da Igreja Católica).

Feita esta advertência, tenha o leitor em conta se o que se segue é ou não, de todo modo, ensinamento indispensável para sobrevivermos ao que lemos hoje sobre política. Após revisada e somada a um artigo posterior de Jonathan Swift no *The Examiner*, e depois de acrescida da minibiografia daquele autor, a obra traduzida estará em breve disponível gratuitamente em minha página literária no formato de livro. Deixo portanto expressos os meus votos de que todos os leitores possam usar de seu arbítrio, com vistas a obter a devida salvação advinda da Verdade do Cristo, bem como a esperança e a paz de espírito dela decorrente, a fim de que possam plenamente gozar dos benéficos e apropriados efeitos do riso.

Dos trabalhos de Jonathan Swift, Volume 17 (c.1710-1730) por **Jonathan Swift**, editado por Thomas Sheridan, John Nichols, John Boyle, Patrick Delany, John Hawkesworth, Deane Swift, William Bowyer, John Birch e George Faulkner, possivelmente escrito com John Arbuthnot.

PROPOSTAS

PARA IMPRESSÃO DE UM

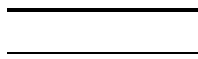
DISCURSO BASTANTE CURIOSO

ENTITULADO

ΨΕΥΔΟΛΟΓΙΑ ΠΟΛΙΤΙΚΗ;

OU,

A ARTE DA MENTIRA POLÍTICA ¹



EXISTE agora na imprensa um artigo curioso, intitulado Ψευδολογία Πολιτική; ou, A Arte da Mentira Política: consistindo de dois volumes em quarto²

As PROPOSTAS são:

- I. De que se o autor obtiver um estímulo apropriado, ele tencionará entregar este primeiro volume aos assinantes antes da festa de Santo Hilário³.
- II. De que o preço de ambos volumes sejam, para os assinantes, quatorze xelins, sete dos quais sejam pagos de imediato, e os outro sete mediante a entrega do segundo volume.
- III. De que aqueles que assinem por seis volumes, tenham um sétimo grátis; com o que se reduz o preço a menos de seis xelins por volume.
- IV. De que os assinantes tenham seus nomes e local de morada impresso ao final.

providenciado o estímulo a um trabalho tão útil, considera-se conveniente que o público seja informado do conteúdo do primeiro volume, por alguém que muito cuidadosamente folheou o manuscrito.

A

ARTE

DA

¹ Obra traduzida ao português do Brasil por R. P. Alencar, 2019. Direitos de reprodução permitidos, desde que feita referência à tradutora.

² Quarto : Formato impresso em uma página ampla em branco, com oito páginas impressas, e dobrado em oito partes.

³ Antes do « Hilary Term », em Oxford e Dublin, período que tem como referência a festa de Santo Hilário de Poitiers, em 14 de janeiro. Termo teria se originado no sistema legal das cortes da Inglaterra e de Gales, dividindo o ano legal em quatro períodos : Hilary, Easter, Trinity e Michaelmas.

MENTIRA POLÍTICA.

O autor, em seu prefácio, perfaz reflexões muito ponderadas sobre a origem das artes e das ciências: de que no início consistem em teoremas e práticas esparsas, as quais são manuseadas entre os mestres, e apenas relevadas aos *filiis artis*, quando finalmente surja algum grande gênio que colete estas proposições desarticuladas e as simplifique em um sistema de regularidade. Porque este é o caso da nobre e útil arte da Mentira Política, a qual nesta era recente vem sendo enriquecida com diversas novas descobertas, com a finalidade precípua de não mais mentir meio a tolices e confusão, mas a fim de que possa reclamar um lugar devido na Enciclopédia, de que particularmente sirva como um modelo de educação para um político hábil. Àquele que se proponha um estoque nada desprezível de fama nas eras futuras, em sendo o primeiro que tenha produzido esta concepção e pela mesma razão espere que a imperfeição deste trabalho seja relevada. Ele convida a todas as pessoas que tenham qualquer tipo de talento nesse sentido, ou qualquer nova descoberta sobre o tema, a comunicar suas considerações, assegurando a eles que uma menção de honra será incluída a seu respeito ao final de seu trabalho.

O PRIMEIRO VOLUME consiste de SETE CAPÍTULOS.

NO primeiro capítulo de seu excelente tratado, ele raciocina filosoficamente no que concerne à natureza da alma do homem e sobre as qualidades que a tornam susceptível a mentiras. Ele supõe que a alma deve ser de natureza de um espéculo plano-cilíndrico, ou de espelho refletor; que o lado plano foi feito por Deus Todo-poderoso, mas que o diabo posteriormente forjou o outro lado em uma figura cilíndrica. O lado plano representa os objetos tais como são; o lado cilíndrico, pelas regras da catóptrica, necessariamente representa objetos verdadeiros como falsos, e objetos falsos como verdadeiros; mas sendo uma superfície mais ampla, toma um maior compasso dos raios visuais. Conta que sobre o lado cilíndrico da alma do homem se apóia a arte por completo e o êxito da mentira política. O autor, neste capítulo, prossegue argumentando sobre as qualidades da mente, tendo em vista sua peculiar predileção pela malícia e pelo miraculoso. A tendência da alma em direção à malícia brotaria do amor-próprio, ou de um prazer de tornar a humanidade mais perversa, crua e desafortunada do que nós mesmos. A concepção do miraculoso procede da inatividade da alma, ou de sua incapacidade de se ver comovida ou de deliciar-se com qualquer coisa que seja normal ou comum. O autor, tendo estabelecido as qualidades da mente, sobre as quais sua arte é fundada, prossegue,

Em seu segundo capítulo, a tratar da natureza da mentira política; a qual ele define como “a arte de convencer pessoas de falsidades salutares, para algum bom propósito”. Ele chama isso de arte, para distingui-la do que é contar a verdade, o que não parece querer ser arte; mas

então ele teria compreendido sob isto apenas a invenção, porque de fato mais arte é necessária para convencer as pessoas de uma verdade salutar, do que de uma falsidade salutar. Então ele se coloca a provar que existem falsidades salutares, às quais ele pormenoriza em muitas instâncias, tanto antes como após a revolução; e demonstra claramente que não poderíamos ter conduzido uma guerra durante tanto tempo sem várias daquelas falsidades salutares. Ele estabelece regras para calcular o valor de uma mentira política, em libras, xelins e em centavos. Por bem opta por não atribuir qual é absolutamente o quê, mas deixa a critério do artista, o que para ele é uma base suficiente para se prosseguir; e então distingue o bem, como se tem comumente, em *bonum utile, dulce, et honestum*. Ele demonstra ao leitor que existem mentiras políticas de uma natureza híbrida, a qual inclui todos os três em diferentes aspectos: que o *utile* reina geralmente sobre a Bolsa de Valores, o *dulce* e *honestum* predominam na região da cidade onde acaba Westminster⁴. Um certo homem espalha uma mentira para vender ou comprar ações em maior vantagem, um segundo, porque é uma honra servir ao seu partido; e um terceiro, porque é doce satisfazer a sua vingança. Tendo explicado estes diversos termos de sua definição, ele prossegue,

Em seu terceiro capítulo, a tratar da legalidade da mentira política; a qual ele deduz de seus verdadeiros e genuínos princípios, perquirindo diversos direitos à verdade aos quais a humanidade é intitulada. Ele demonstra que o povo tem o direito a uma verdade privativa vinda de seus vizinhos e a uma verdade econômica da parte de seus próprios familiares; e que não deve ser abusado pelas suas esposas, filhos e empregados; mas que não tem direito algum à verdade política. Afirma que o povo pode igualmente fingir ser proprietário de mansões e possuir grandes latifúndios, de modo a obter a verdade dita a ele em matéria de governo. O autor, com muita propriedade, estabelece que as várias quotas da humanidade em matéria de verdade decorrem de suas várias capacidades, dignidades e profissões; e demonstra que crianças dificilmente contam com qualquer quota; e por conseguinte, muito raramente dispõem de qualquer verdade dita a eles. Não se pode deixar de observar que o autor, neste capítulo, tem algumas dificuldades aparentes em responder perguntas, e traz trechos das Escrituras para explicá-las.

O quarto capítulo é inteiramente dedicado a esta questão: “O o direito de cunhar mentiras políticas deve ser atribuído inteiramente ao governo?” O autor, o qual é um verdadeiro amigo da Liberdade inglesa⁵, determina-a negativa, e responde a todos os argumentos da proposição contrária com grande precisão; que o governo da Inglaterra apresenta uma mistura de algo democrático em si, de modo que o direito a inventar e espalhar mentiras políticas parcialmente está no povo; e que a obstinada aderência a esse justo privilégio tem sido muito conspícua e tem brilhado com grande lustro, nos anos recentes; que ocorre com muita frequência, não havendo outros meios deixados ao bom povo da Inglaterra de derrubar um ministro e um governo do qual tenham restrições, além do exercício deste seu direito indubitável; que a abundância da mentira política é um sinal seguro da verdadeira liberdade

⁴ N. T. : neste trecho, uma equivalência bem sucedida ao topônimo inglês « Westminster » bem poderia ser encontrada em língua portuguesa, embora o Palácio de São Cristóvão, ou a Quinta do Bom Sucesso, esteja no momento em situação lamentável.

⁵ N.T. Neste ponto a tradutora encontrou dificuldades para encontrar uma expressão equivalente a « liberdade inglesa » no Brasil, a qual poderia por exemplo presumir « liberdade política », na dúvida optando pela expressão original.

inglesa; que como os ministros de fato se valem ocasionalmente de instrumentos para se sustentar no poder, é mais do que razoável que as pessoas empreguem a mesma arma para se defender deles e derrubá-los.

Em seu quinto capítulo, ele divide mentiras políticas em diversas espécies e classes e preceitua sobre seu processo de invenção, difusão e propagação das suas diversas variedades; começa com *rumores e libelli famosi*, em conformidade com a reputação dos homens no poder; o que ele disse consistir numa falha comum, que se notem apenas as de um tipo, e. g. as detratoras ou difamatórias; não obstante, na verdade, existindo três tipos: a detratora, a aditiva e a transladada. A aditiva fornece ao homem poderoso uma maior quota de reputação do que efetivamente lhe pertence, a fim de permiti-lo atingir alguma boa finalidade ou propósito. A detratora, ou difamatória, é uma mentira a qual retira do homem poderoso a reputação que lhe é devida, pelo receio de que ele possa usá-la em detrimento do público. A transladada é uma mentira que transfere o mérito de uma boa ação de um homem para outro, o qual se julga mais merecedor; ou transfere o demérito de uma má ação do seu autor original para uma pessoa que se julgue menos merecedora. Ele oferece várias instâncias de imensos golpes para todos os três tipos, em particular este último, quando necessário, pelo bem do público, para outorgar o valor e conduta de um homem a outro, ou de muitos a um único homem; até mesmo sendo possível, em boa ocasião, que um homem seja roubado de sua vitória por uma pessoa que não comandou a ação[i]. A restituição e destruição do público podem ser atribuídas a pessoas que nada tenham a ver com o fato. O autor exorta todos os cavalheiros praticantes a exercitar-se na mentira transladada, pois sendo a existência das coisas algo visível e demandando nenhuma prova, nada há para ser revelado ao público, salvo o falso autor, ou a falsa causa; o que não é nenhuma grande presunção a credulidade dos seres humanos, para quem a origem secreta das coisas é, em sua maior parte, desconhecida.

O autor prossegue para estabelecer preceitos com relação à mentira aditiva; fala de que quando atribuído algo a alguém que não pertença a si, a mentira deve ser calculada não muito contraditoriamente a suas sabidas qualidades; por exemplo, não se deve inventar a presença de um rei francês em um conventículo protestante; de igual modo, que a rainha Elizabeth I tenha restaurado um excesso de impostos a seus súditos. Não se deve supor que o imperador esteja pagando dois meses antecipadamente a suas tropas; nem que os holandeses paguem mais do que sua quota de impostos. Não se deve inventar que a mesma pessoa seja zelosa em defender um exército, ao mesmo tempo em que defende a liberdade pública; nem que um ateu apóie a Igreja; nem que um sujeito lascivo seja um reformador de costumes; nem que um espalhafatoso, cabeça-quente e descerebrado esteja avançando em um esquema de moderação. Mas, se for absolutamente necessário que uma pessoa tenha alguma boa qualidade adventícia presumida, o preceito do autor é de que isso não seja feito a princípio in *extremo gradu*. Por exemplo: não se deve inventar que um homem invejoso dê, subitamente de uma vez, cinco mil libras de um modo caridoso e generoso; vinte ou trinta libras podem ser suficientes no começo. Não devem os praticantes introduzir uma pessoa de notável ingratidão aos seus benfeitores como alguém que tenha recompensado um pobre coitado por algum bom ofício que foi feito a ele trinta anos atrás; mas podem permitir que ele tenha reconhecido o serviço de alguma pessoa que seja capaz de retribuir o ato. Um homem, cuja coragem pessoal seja

suspeita, não deve de início supostamente comandar imensas esquadras a seu dispor; mas a ele se pode permitir o mérito de uma discussão, ou de jogar uma garrafa na cabeça do seu adversário.

Não deve ser permitido elogiar a grandeza de um homem que reconhecidamente despreze a religião como alguém que tenha passado dias em seu gabinete em devoção; mas você pode com segurança inventar que ele realizou preces públicas com decência. Um grande homem, do qual nunca se soube pagar uma dívida justa, não deve, de repente, ser apresentado como alguém restituindo milhares que roubou; deixe que seja suficiente de início pagar vinte libras a um amigo, que tenha perdido o recibo.

Ele dispõe as mesmas regras sobre o tipo de mentira detratora ou difamatória, as quais não devem ser inteiramente opostas às qualidades que as pessoas alegadamente teriam. Assim, não será considerado conforme às regras mais evidentes da pseudologia o relatório de um príncipe religioso e pio que tenha negligenciado sua devoção e introduzido na sociedade heresia; mas você poderá relatar um príncipe misericordioso que perdoou um criminoso que não o merecia. Você terá um fracasso, se denunciar que um grande homem, notável pela sua frugalidade junto ao público, esteja esbanjando dinheiro público nacional; mas poderá relatar com segurança que ele acumula reservas; não deve afirmar que ele tenha aceitado suborno, mas poderá censurá-lo por se atrasar com os pagamentos: porque embora nada disso seja verdade, este último é um fato crível e, o primeiro, não. Ou quanto a um ministro de coração generoso, o que não deve dizer por expresso, poderá inventar que ele esteve envolvido em alguma intriga para trair seu país; mas deve afirmar, com alguma probabilidade, que ele participou da intriga com uma certa senhora. Ele alerta a todos os praticantes para guardar bem estes preceitos; pelos quais tendo quisto desviar, muitas de suas mentiras ultimamente se provaram abortivas ou de pernas curtas.

No sexto capítulo ele aborda o miraculoso; pelo que ele entende tudo o que possa exceder os graus normais de verossimilhança. Com respeito ao povo, é dividido em duas formas, a τὸ φοβερὸν ou a τὸ θυμοεῖδες, mentiras aterrorizantes e mentiras animadoras, encorajadoras ; ambas sendo extremamente úteis na ocasião apropriada. Com relação à τὸ φοβερὸν , ele dispõe várias regras ; uma delas a de que objetos terríveis não devem ser mostrados com frequência às pessoas, do contrário se tornam familiares. Ele diz que é absolutamente necessário que o povo da Inglaterra tenha medo do rei francês e do próximo pretendente na linha de sucessão, uma vez por ano ; mas que os ursos devem ser acorrentados novamente antes de se completar o duodécimo mês. A escassa atenção prestada em respeitar a um preceito tão necessário, tornou possível que, ao revelar um fenômeno poltergeist a cada ocasião insignificante, se tenha produzido uma enorme indiferença, na vulgaridade destes dias. Quanto às mentiras animadoras ou encorajadoras, ele estabelece as seguintes regras : que não devem exceder os graus normais de verossimilhança ; devem vir com uma certa variedade ; que não se deve insistir na mesma mentira obstinadamente ; que as mentiras promissórias ou prognósticas não devem se espalhar no curto prazo, sob pena de que os autores sejam expostos à vergonha e à confusão de se ver prontamente desmentidos. Ele examina por estas regras a mentira bem intencionada, mas infeliz, sobre a conquista da

França, a qual perdurou durante vinte anos seguidos [ii]: mas enfim, tendo-se insistido muito obstinadamente nela, desgastou-se até que estivesse esfarrapada, perdendo por completo sua eficácia.

Quanto ao τὸ φοβερὸν , ou prodigioso, ele tem pouco a acrescentar, salvo pelo fato de que cometas, baleias e dragões devem ter um tamanho ; de que um temporal, tempestades e terremotos não devem ser anunciados em regiões de menor distância que a viagem de um dia a pé ou a cavalo.

O sétimo capítulo é inteiramente tomado por uma investigação na qual se indaga qual seria, dos dois partidos [ingleses], o maior artista em mentira política. Ele reconhece que por vezes um partido recebe maior fé pública, outras vezes o outro ; mas que ambos contam com excelentes gênios em suas fileiras. Ele atribui o menor sucesso de cada partido ao tentar engolir o mercado e ao vender demasiado uma mercadoria de má qualidade de uma só vez : quando há muito grande quantidade de larvas, é difícil fisgar as carpas. O autor propõe um esquema de recuperação de crédito para qualquer partido, o que de fato parece algo com uma quimera, e nesse ponto já não dispõe daquele saboroso tom de grande perspicácia que o autor havia demonstrado no início de seu trabalho. Trata-se do seguinte, de que o partido deva ventilar nada além da verdade por três meses consecutivos, o que iria conceder a eles um crédito de seis meses para gastar em mentiras subsequentemente. Ele reconhece acreditar ser praticamente impossível encontrar pessoas aptas a colocar este esquema em prática. Rumando ao final do capítulo, ele investe com severidade contra a insanidade dos partidos, ao reter cafajestes e homens de pouco espírito para reproduzir suas mentiras; o que do mesmo modo se aplica à maioria dos jornalistas atuais; os quais, exceto por uma forte deferência e inclinação à sua profissão, parecem ser inteiramente ignorantes das regras da pseudologia, em nada qualificados para o fardo tão pesado da confiança.

No seu capítulo seguinte ele trata de alguns gênios extraordinários, os quais surgiram nos últimos anos, em especial sobre sua disposição quanto ao miraculoso. Ele aconselha àqueles jovens cheios de esperança que coloquem sua capacidade inventiva a serviço de seu país; sendo tarefa inglória, neste momento, empregar seus talentos em caças à raposa prodigiosas, corridas de cavalo raras, feitos na atividade de dirigir carros, pular, correr, engolir pêssegos, arrancar arcadas inteiras de dentes a sangue frio etc., quando seu país se encontra em tão grande necessidade de suas assistências.

O oitavo capítulo é um projeto para unir as várias menores corporações de mentirosos em uma sociedade. Seria muito tedioso dar conta sozinho de todo um esquema inteiro; sendo o mais digno de registro que esta sociedade deve consistir de membros de cada partido; que nenhuma mentira seja aprovada correntemente sem sua aprovação, sendo eles os melhores juízes das presentes exigências e sobre quais tipos de mentiras são necessárias; que em tal corporação devem constar homens de todas as profissões, de que a τὸ πρέπον e a τὸ εὐλόγον, isto é, decência e verossimilhança, devem ser observadas o máximo possível ; que além das pessoas retro-mencionadas, esta sociedade deve consistir de gênios esperançosos ao redor da cidade (dos quais há muitos a serem recolhidos nas diversas cafeterias), viajantes, cantores,

caçadores de raposa, jóqueis, advogados, velhos marinheiros e soldados que tenham tido alta nos hospitais de Greenwich e Chelsea; que esta sociedade, assim constituída, deva se comprometer exclusivamente com a administração da mentira; que em seus vestibulos sempre compareçam pessoas dotadas de um grande estoque de credulidade, uma geração que se adapte fortemente a este solo e clima. O autor considera que um número suficiente deles poderia ser convocado em qualquer lugar no qual se fale de bolsa de valores; que devem circular o que outros venham a cunhar; pois nenhum homem espalha uma mentira com tanta graça quanto aquele que acredita nela; que a regra da sociedade deve ser inventar uma mentira, e por vezes, duas, todos os dias; sob escolha das quais grande consideração deve se ter pelo clima, pela estação do ano; pois o que seja φοβερὰ, ou mentiras terríveis, prosperam bem em novembro e dezembro, mas não tão bem em maio e junho, a menos que venham os ventos orientais ; que deveria ser penalizada qualquer pessoa que falasse de algo que não fosse a mentira do dia ; que a sociedade deve manter um número suficiente de espões na corte e em outros lugares, para providenciar dicas e assuntos para a invenção, bem como uma correspondência geral de todos os mercados municipais para circular suas mentiras ; que se qualquer pessoa na sociedade for flagrado se enrubescendo, ou mudando a fisionomia, ou omitindo a necessária circunstância ao contar a mentira, deve ser expulsa ou declarada incapaz ; que além das mentiras retumbantes, deve ser criado um comitê privativo para murmuradores, constituído dos mais capazes integrantes da sociedade. E neste ponto o autor faz uma digressão louvando o partido *whig*, pelo correto entendimento e uso de mentiras-de-comprovação Uma mentira-de-comprovação é como um primeira carga que se coloca em uma peça de artilharia para experimentá-la, para sondar a credulidade dos presentes. Da mesma natureza ele pressupõe a transubstanciação da igreja de Roma, uma doutrina-de-comprovação, a qual se alguém engole, terão certeza de que irão digerir tudo o mais ; portanto o partido *whig* seria sábio em sondar a credulidade das pessoas, de tempos em tempos, por meio de gente festeira, com a finalidade de que possam avaliar com que gravidade poderão ser processados posteriormente. Rumando ao fim deste capítulo, ele adverte os líderes partidários para que não acreditem em suas próprias mentiras, o que já se comprovou ter consequências perniciosas posteriormente ; tanto um partido sábio, quanto uma nação sábia, terão regulamentado seus assuntos sob mentiras de suas próprias autorias. As causas disto ele supõe ser um zelo muito intenso e profundo na prática desta arte e um acaloramento em conversações mútuas, nas quais eles se persuadem uns aos outros do que desejam e relatam ser verdadeiro, e é mesmo : e de fato todos os partidos acabam sendo submetidos a esse infortúnio. Os jacobitas desde sempre infestados disso ; mas os *whigs* recentemente chegam a excedê-los neste mau hábito e fraqueza. A este capítulo o autor adjunta um calendário de mentiras apropriado para os vários meses do ano.

O nono capítulo trata da celeridade e duração das mentiras. Quanto à celeridade e seu movimento, o autor diz serem incríveis; ele propicia diversos exemplos de mentiras que caminharam mais rápido que um homem possa enviar o correio; que suas mentiras aterrorizantes viajam em passo prodigioso, acima de dez milhas por hora ; e seus murmúrios movem-se em um vórtex estreito, mas muito velozmente. O autor afirma ser impossível explicar muitos fenômenos em relação à celeridade das mentiras sem a suposição de sincronicidade e combinação. Quanto à duração das mentiras, ele alega haver também de

todos os tipos, de horas a dias, até eras ; que existiriam algumas as quais, como insetos, morrem e revivem novamente sob diferente forma ; e que os verdadeiramente bons artistas, como as pessoas que construíram com um empréstimo de curto prazo, terão calculado a duração de uma mentira com segurança para atender a seu propósito ; a fim de que não perdurem mais do que o momento até o qual tenham servido.

O décimo capítulo trata das características das mentiras ; do modo como se pode saber, quando, onde, e por quem foram inventadas. De como amplamente se distinguem as procedentes da Holanda, Inglaterra, ou da França umas das outras ; de como discernir uma mentira em troca de outra cunhada do outro lado da cidade ; do grande juízo que se deve demonstrar quanto ao local onde se espera que suas amostras circulem ; que as mentiras mais miseráveis e vis serão cunhadas em Wapping ; que há várias cafeterias com seus selos particulares, os quais um praticante dedicado poderá facilmente descobrir. Todos seus grandes homens têm sua própria fantateústica. O autor afirma ter alcançado, por estudo e aplicação, tão grande habilidade nesta matéria que, em se lhe trazendo qualquer mentira, ele poderá calcular qual imagem verdadeiramente ela porta, já que o grande homem, ele próprio, não terá coragem suficiente para negá-la. As mentiras promissórias dos grandes homens são reconhecidas por dar de ombros, por abraços, sorrisos, vênias ; e suas mentiras internas, por insultos imoderados.

Ele dedica o undécimo capítulo inteiro a uma única e simples questão. Uma mentira é melhor contraditada pela verdade, ou por outra mentira ? O autor afirma que, considerando a larga dimensão da superfície cilíndrica da alma, e a grande propensão a acreditar em mentiras de um modo geral na humanidade recente, ele pensa que a contradição mais apropriada a uma mentira será uma mentira. Por exemplo : se for necessário relatar que o pretendente ao trono estava em Londres, não se deve contraditar dizendo que ele jamais esteve na Inglaterra ; mas você deve provar por testemunho visual que ele veio não além de Greenwich, e que retornou novamente. Assim, se tiver sido espalhado que uma grande pessoa estava morrendo de alguma doença, você não deve dizer a verdade, de que está com ótima saúde, mas que ela está lentamente se recuperando daquela lástima. Do mesmo modo, o mesmo se aplica a um cavalheiro que, há não muito tempo, afirmou que um tratado com a França teria sido assinado em 15 de setembro para trazer o papado e a escravidão à Inglaterra ; ao que um outro qualquer retorquiou muito cuidadosamente, não opondo a verdade à sua mentira, de que não havia nenhum tratado desse nível ; mas que até seu conhecimento, muitas coisas nesse tratado ainda não haviam passado por ajustes.

[A resenha do segundo volume deste excelente tratado fica reservada para uma próxima oportunidade]

[i] O Major-general Webb obteve uma vitória gloriosa sobre os franceses, próximo a Wynendale, no ano de 1708. Havia sido enviado com 6.000 integrantes das tropas confederadas para proteger um comboio até o exército aliado no cerco de Lisle : o Conde de la Motte saiu de Ghent com aproximadamente 24.000 homens, para interceptá-los ; mas o Major-general Webb dispôs seus homens com tão admirável habilidade que, a despeito da vasta superioridade de números, por mera força da ordem e da disposição, os franceses se recuaram após duas ou três tentativas ; e depois de ter perdido de 6 a 7.000 homens, ele não poderia mais aguentar. Isto pode ser reconhecido com devida justiça como o mais valioso movimento daquela guerra ; mas o secretário do duque de Marlborough, na sua carta à Inglaterra, atribuiu a honra do feito ao General Cadogan, o favorito do

duque, o qual não havia aparecido antes do término do compromisso. O General Webb tanto se ressentiu que abandonou o exército por desgosto ; e voltando à Inglaterra para obter para si justiça, recebeu um agradecimento unânime da Câmara dos Comuns, pelos seus eminentes serviços por sua valiosa ação em campo ; a qual também foi reconhecida, com distinção, pelo rei da Prússia, o qual outorgou a ele a ordem da generosidade.

[ii]Durante os reinos do rei William e da rainha Ana.

* **Ana Paula Arendt** é poeta e diplomata brasileira. Escreve mensalmente na coluna ‘Terra à Vista’. Seus trabalhos de poesia e literatura podem ser acessados em sua maior parte gratuitamente, no site www.anapaulaarendt.com

—
Ressalva: os trabalhos sob o pseudônimo Ana Paula Arendt pertencem ao universo literário, refletem ideias e iniciativas da autora e não necessariamente posições oficiais do Governo brasileiro. Estes trabalhos literários buscam estar em consonância com os valores e princípios da Política Externa Brasileira relacionados ao diálogo, à dignidade humana, ao desenvolvimento e aos direitos fundamentais do indivíduo. A autora está sempre aberta a sugestões e críticas.